

Governo do Estado de Santa Catarina  
Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária

Projeto

# **SC RURAL 2**

**SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO**

## **Visão geral do Projeto SC Rural 2 e Apresentação do Manual Operativo do Projeto (MOP)**

Setembro 2025

## Resumo do Projeto SC Rural 2

O Projeto SC Rural 2 é uma iniciativa do Governo do Estado de Santa Catarina com o Banco Mundial (BIRD), por meio da Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (SAPE), em parceria com a Epagri, CIDASC, IMA, SAQ e SIE, com um custo total estimado de USD 150 milhões (USD 120 milhões do BIRD e USD 30 milhões de contrapartida estadual), a ser executado em seis anos, a partir de 2026.

O objetivo geral é "Fomentar o desenvolvimento sustentável do espaço rural e pesqueiro do Estado de Santa Catarina por meio da promoção da competitividade, inovação e inclusão social no contexto de emergência climática" (MOP, p. 13).

O projeto se estrutura em três componentes principais:

**1. Apoio Direto aos Agricultores Familiares e Povos e Comunidades Tradicionais:**

Apoio financeiro a projetos de produção sustentável, planos de negócio, adoção de tecnologias inovadoras, segurança alimentar e nutricional, acesso à internet e energia elétrica;

**2. Fortalecimento de Bens e Serviços Públicos:**

ATER e capacitação de beneficiários, pesquisa e inovação, defesa agropecuária, aquicultura e pesca, e conservação ambiental e bionegócios;

**3. Fortalecimento Institucional, Ampliação de Políticas e Programas Inovadores de Apoio e Gestão do Projeto:**

Capacitação institucional, ecossistema digital integrado, diagnósticos de conectividade, rede elétrica e estradas rurais, salas de situação, desenvolvimento do planejamento estratégico da Cidasc e melhoria de gargalos logísticos em estradas rurais.

O público-alvo direto e indireto estimado é de cerca de 48.300 famílias (130.000 pessoas), com foco em agricultores familiares e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e pescadores artesanais) em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Há uma meta de que 25% dos projetos apoiados sejam geridos por mulheres (MOP, p. 21).

# **Temas Principais e Ideias Centrais**

## **1. Abordagem Integrada e Sustentável para o Desenvolvimento Rural e Pesqueiro**

O SC Rural 2 adota uma estratégia focada na implementação de ações de forma integrada em três vertentes: (i) estímulos diretos e indiretos aos agricultores familiares, pescadores artesanais e povos tradicionais para buscar a inclusão nos mercados, melhorar a resiliência ambiental de seus sistemas de produção, fomentar o empreendedorismo e a inovação; (ii) fortalecimento de bens e serviços públicos para apoio às ações do Projeto e, (iii) fortalecimento institucional e gestão estratégica, visando uma ação melhor coordenada e uma capacidade de execução mais eficaz e eficiente (MOP, p. 57).

### **Objetivos específicos**

#### **Produção Sustentável e Resiliência Ambiental**

Um dos objetivos específicos é promover a resiliência ambiental e adaptação às mudanças climáticas das atividades agropecuárias e pesqueiras, por meio do fortalecimento da gestão dos recursos hídricos, da proteção e recuperação da biodiversidade, da adoção de sistemas de produção de baixo impacto ambiental e da regularização ambiental (MOP, p. 14). Isso se traduz em ações de apoio à produção sustentável, conservação ambiental, Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), e redução de emissões de GEE (MOP, p. 51).

#### **Inovação e Competitividade**

O projeto busca "fomentar a pesquisa e desenvolvimento (P&D) como estratégia de fortalecimento do meio rural e pesqueiro catarinense, de desenvolvimento tecnológico e de sistemas produtivos sustentáveis" (MOP, p. 125), além de "estabelecer e consolidar um ambiente institucional colaborativo e propício à promoção da Inovação Aberta no espaço rural e pesqueiro catarinense" (MOP, p. 145). Isso inclui o fomento a 50 projetos de inovação aberta e 50 startups AgTechs até 2030 (MOP, p. 146).

#### **Inclusão Social e Redução de Desigualdades**

O projeto visa "a redução da pobreza rural, na inclusão de populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica nas políticas públicas para o meio rural, no fortalecimento da agricultura familiar" (MOP, p. 7). Isso é enfatizado pelo foco no "maior protagonismo de mulheres e jovens, povos tradicionais e famílias em vulnerabilidade social e econômica" (MOP, p. 46).

## **2. Gestão de Riscos Ambientais e Sociais e Compliance**

O projeto possui um Núcleo de Compliance com o objetivo de apoiar a Diretoria Executiva na tomada de decisões fundamentadas, mitigar riscos, evitar irregularidades e garantir que os objetivos do Projeto sejam alcançados com responsabilidade e transparência (MOP, p. 294).

### **Normas Ambientais e Sociais (NAS)**

A gestão de riscos ambientais e sociais será feita de acordo com a legislação nacional, estadual e municipal e as oito NAS relevantes presentes no Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial, destacando-se a NAS 7 (Povos Indígenas e/ou Comunidades Locais Tradicionais Historicamente Desfavorecidas) e NAS 10 (Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações) (MOP, p. 302).

### **Engajamento das Partes Interessadas**

A Norma Ambiental e Social (NAS 10) - Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação das Informações, preconiza a relevância do processo de envolvimento aberto e transparente das partes interessadas no Projeto desde o seu início (MOP, p. 57). O Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI) detalha a metodologia e estratégia para garantir a participação de todos os atores.

### **Planejamento Participativo**

É a base para a implementação da estratégia geral do projeto, conduzido pela Gerência de ATER e Capacitação, em conjunto com as partes interessadas, definindo as prioridades regionais e municipais (MOP, p. 56).

### **Canais de Divulgação e Comunicação**

As ações do projeto serão divulgadas através dos canais institucionais da Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (<https://www.agricultura.sc.gov.br>), Secretaria Executiva da Aquicultura e Pesca (<https://www.saq.sc.gov.br/>), Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (<https://www.epagri.sc.gov.br/>), Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (<https://www.cidasc.sc.gov.br/>), Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (<https://www.ima.sc.gov.br/>) e Agência de Notícias do Estado de SC ([estado.sc.gov.br/noticias/](https://estado.sc.gov.br/noticias/)), incluindo sites e redes sociais oficiais (PEPI, p. 19-20).

### **Mecanismo de Atendimento e Resposta a Queixas (MARQ)**

A Ouvidoria Geral do Estado é o principal canal para que qualquer cidadão registre manifestações (reclamações, denúncias, solicitações, elogios ou sugestões) (PEPI, p. 31). Cartazes com QR codes e informações sobre canais de denúncia serão afixados em escritórios locais das coexecutoras e em locais de grande circulação das

comunidades (PPAS, p. 9). O PPAS detalha o fluxo de denúncias e a abordagem centrada na pessoa sobrevivente.

### **Prevenção de Fraude e Corrupção**

Todos os editais de licitação e contratos devem incluir cláusulas antifraude e anticorrupção adotadas pelo Banco Mundial (MOP, p. 259). O projeto também exige o cumprimento integral da legislação trabalhista, incluindo proibição do trabalho infantil e trabalho escravo (MOP, p. 307).

### **Reporte de Incidentes e Acidentes**

Incidentes ou acidentes ambientais, sociais, de saúde e segurança ocupacional, bem como casos de exploração e abuso sexual (EAS) e assédio sexual (AS), devem ser reportados ao Banco Mundial em até 48 horas (MOP, p. 307).

### **Auditoria Interna**

A Controladoria Geral do Estado (CGE) será responsável pela auditoria interna e pela implementação do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM), buscando atingir o nível 3 (MOP, p. 297).

### **Auditoria Externa e Controles Financeiros**

As contas do projeto serão auditadas anualmente pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE/SC), seguindo os Termos de Referência aprovados pelo Banco Mundial (TDR Auditoria). O relatório de auditoria deve ser submetido ao BIRD, incluindo o parecer do auditor, carta gerencial e plano de ação para recomendações (MOP, p. 299). O gerenciamento financeiro será rigoroso, com relatórios financeiros intermediários (IFRs) semestrais e prestação de contas detalhadas (MOP, p. 241).

### **Programa de Prevenção e Resposta a Assédio, Abuso e Exploração Sexual (PPAS)**

Este programa é fundamental para a governança e conformidade social. Ele estabelece diretrizes, princípios e mecanismos para prevenção, respostas e procedimentos a serem tomados em caso de ocorrência dessas situações (PPAS, p. 3). Aplica-se a trabalhadores do projeto e à população das comunidades, com foco na abordagem centrada na pessoa sobrevivente (PPAS, p. 16) e canais de denúncia acessíveis (Ouvidoria Geral do Estado, Disque 180, Disque 100) (PPAS, p. 18, 20).

## **Coexecutoras**

O Projeto conta com a participação de instituições coexecutoras, que desempenham papéis cruciais em sua implementação. São coexecutoras a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), o Instituto do Meio Ambiente

(IMA), a Secretaria Executiva da Aquicultura e Pesca (SAQ) e a Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE), todas atuando sob a coordenação da Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (SAPE). Segue um resumo do papel de cada instituição coexecutora:

## Epagri

- **Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e Capacitação:** É responsável pela coordenação e execução das atividades de ATER e capacitação em temas relacionados ao SC Rural 2, com foco na inclusão socioeconômica, difusão da inovação e aumento da resiliência ambiental. Isso inclui capacitação de beneficiários em gestão técnica, ambiental e econômica, e a condução de visitas técnicas para elaboração e monitoramento de projetos.
- **Planejamento Participativo:** Participa da elaboração de diagnósticos e planos participativos, e seus sistemas de informação são fontes cruciais para o monitoramento dos indicadores de resultado do projeto.
- **Pesquisa e Inovação:** É a executora principal em linhas de pesquisa como gases de efeito estufa (GEE), bioinsumos, mudanças climáticas, saneamento rural e socioeconomia. Também está envolvida no fomento à Inovação Aberta e no desenvolvimento de tecnologias para o setor agropecuário.
- **Etnodesenvolvimento e Gênero:** Possui uma metodologia consolidada de trabalho com comunidades tradicionais. Também está comprometida com o Plano de Ação de Gênero (PAG), buscando o protagonismo feminino e a redução da lacuna de acesso a recursos por mulheres.
- **Centros Vocacionados:** Responsável pela estruturação de Centros Vocacionados nos seus Centros de Treinamento, como espaços de apoio ao desenvolvimento territorial sustentável e à inovação tecnológica.

## CIDASC

- **Defesa Agropecuária:** É responsável pelo fortalecimento dos serviços de inspeção de produtos de origem vegetal e animal, rastreabilidade, e pela promoção da adesão a sistemas como e-Origem, SIE, SISBI, Selo ARTE e SUSAF. Isso visa à formalização, segurança alimentar e sustentabilidade na produção.
- **Capacitação:** Coexecutora nas atividades de capacitação de beneficiários, especificamente na formação de "Sanitarista Júnior e Acadêmico".
- **Pesquisa e Inovação:** Responsável pela linha de pesquisa de "Qualidade microbiológica dos produtos de origem vegetal e animal".
- **Fortalecimento Institucional:** É coordenadora do subprojeto de elaboração do planejamento estratégico e avaliação contínua para a Defesa Agropecuária do estado.

- **Ecosistema Digital Integrado:** Coexecutora no desenvolvimento de um ecossistema digital integrado para consolidar informações estratégicas da agricultura catarinense.

## IMA

- **Corredores Ecológicos:** É responsável pela estruturação da gestão de quatro corredores ecológicos, incluindo a criação de um novo corredor no Planalto Sul Catarinense e a revisão/atualização dos planos de gestão e conselhos dos corredores existentes (Timbó, Chapecó, Caminho das Nascentes).
- **Plataforma de Áreas e Projetos de Conservação Ambiental:** Responsável pela implantação de uma plataforma digital para divulgar áreas e projetos de conservação e restauração, facilitando negócios de conservação ambiental.
- **Pesquisa e Inovação:** Coexecutora na linha de pesquisa de "Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade".

## SAQ

- **Cadastro Georreferenciado:** Responsável pela implementação e coordenação do Cadastro Georreferenciado da Piscicultura de Santa Catarina.
- **PSA Lixo do Mar:** Responsável pela ação piloto de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) "Lixo do Mar", que visa a coleta de resíduos sólidos nos oceanos por pescadores artesanais.
- **Comércio de Pescados na CEASA/SC:** É responsável por iniciar o comércio de pescados na CEASA/SC, incluindo consultoria, dimensionamento de pontos de venda e processamento.

## SIE

- **Melhoria de Estradas Rurais:** Apoio técnico na ação de melhoria de gargalos logísticos em estradas rurais municipais, garantindo condições de transporte e acesso a serviços essenciais.

## Considerações finais

O Projeto SC Rural 2 é uma iniciativa ambiciosa e multifacetada, com um planejamento detalhado que busca promover o desenvolvimento sustentável do espaço rural e pesqueiro de Santa Catarina. Sua estrutura enfatiza a integração de ações, a inclusão social de populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica e tradicionais, a inovação, a resiliência ambiental e a boa governança. A atenção aos detalhes em termos de participação das partes

interessadas, gestão financeira, conformidade social e ambiental, e mecanismos de prevenção de abuso, assédio e exploração sexual, demonstra um compromisso com a transparência, a responsabilidade e o alcance de resultados significativos e sustentáveis. O sucesso do projeto dependerá da execução eficaz dessas estratégias e da capacidade de adaptação às demandas e desafios que surgirem ao longo de sua implementação

# Apresentação do Manual Operativo do Projeto (MOP)

O manual foi elaborado para apoiar todos os segmentos e instituições participantes, padronizando as regras de implementação e orientando os executores quanto às metodologias, operacionalização das ações, formas de participação dos beneficiários, aspectos organizacionais, procedimentos e instrumentos administrativos e financeiros. É importante notar que o MOP pode ser alterado a qualquer tempo, mediante acordo entre o Governo do Estado e o Banco Mundial, para se ajustar às demandas e necessidades da execução do Projeto.

Este resumo traz a síntese de documentos produzidos e negociados entre o Governo do Estado de Santa Catarina e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD/Banco Mundial), servindo como guia para todas as instituições envolvidas.

## 1. Estrutura e Conteúdo do MOP

O Manual Operativo está dividido em cinco seções:

**Seção I - Descrição do Projeto:** Aborda a contextualização, objetivos, área de abrangência e regionalização, caracterização do público-alvo, arranjo institucional e estrutura de gestão, componentes e subcomponentes, estratégia geral e técnica, resultados esperados, principais indicadores e orçamento.

**Seção II - Preparação da Operação:** Detalha o diagnóstico e planejamento participativo.

**Seção III - Procedimentos Operacionais:** Descreve os procedimentos para cada componente, incluindo Apoio Direto, Fortalecimento de Bens e Serviços Públicos e Fortalecimento Institucional e Gestão Pública.

**Seção IV - Planejamento e Gestão do Projeto:** Contempla a gestão financeira e de aquisições, gestão ambiental e social, compliance, monitoramento e avaliação.

**Seção V - Anexos:** Contém documentos complementares, como o Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS), Plano de Compromissos Ambientais e Sociais (PCAS), Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI), Estratégia de Atuação junto aos Povos Tradicionais, Plano de Ação de Gênero (PAG), Programa de Prevenção e Resposta a Situações de Assédio, Abuso e Exploração Sexual (PPAS), entre outros.

## 2. Contextualização e Objetivos do Projeto

O Projeto SC Rural 2, com um custo total estimado de USD 150,0 milhões, sendo USD 120,0 milhões do BIRD e USD 30,0 milhões de contrapartida estadual, tem um prazo

de execução de seis anos, com início em 2025. A Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (SAPE) é a instituição responsável.

Seu **objetivo geral** é fomentar o desenvolvimento sustentável do espaço rural e pesqueiro de Santa Catarina por meio da promoção da competitividade, inovação e inclusão social no contexto de emergência climática.

#### **Os objetivos específicos incluem:**

- Promover a resiliência ambiental e adaptação às mudanças climáticas das atividades agropecuárias e pesqueiras.
- Fomentar o incremento de renda e qualidade de vida dos beneficiários.
- Incrementar a infraestrutura (conectividade, logística e energia elétrica) no espaço rural e pesqueiro.
- Aprimorar a governança institucional e a prestação de serviços públicos.

**Os Objetivos de Desenvolvimento do Projeto (PDO)**, acordados com o Banco Mundial, visam contribuir para o aumento da resiliência climática e do acesso ao mercado dos agricultores familiares de Santa Catarina. Os indicadores de PDO são:

- 57.000 pessoas beneficiadas com maior resiliência de meios de subsistência, empregos ou empresas (sendo 19.900 mulheres e 8.500 jovens).
- 42.000 hectares de paisagens sob conservação reforçada e/ou gestão sustentável.
- Aumento de 20% no valor bruto das vendas nos empreendimentos e/ou organizações rurais beneficiados com planos de negócio do sistema agroalimentar.

### **3. Regionalização e Público-Alvo**

O Projeto abrange todo o estado de Santa Catarina, com atuação customizada em conformidade com as 16 Gerências Regionais da Epagri, classificadas por desenvolvimento socioeconômico em "menos desenvolvidas", "em transição" e "mais desenvolvidas". As regiões e municípios priorizados receberão maior foco, com serviços públicos direcionados, técnicos adicionais, cotas de recursos diferenciadas e investimentos em ações estruturantes.

O público-alvo inclui agricultores familiares e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e pescadores artesanais) de Santa Catarina, com prioridade para famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica (CadÚnico). Há metas específicas para 45.000 pessoas capacitadas, incluindo 20.200 mulheres e 6.750 jovens rurais, e que 25% dos projetos apoiados financeiramente sejam gerenciados por mulheres.

## 4. Estrutura de Gestão e Arranjo Institucional

A implementação do SC Rural 2 é liderada pela Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (SAPE), por meio da Diretoria Executiva do SC Rural (DESC), que atua como Unidade de Gestão do Projeto (UGP). As coexecutoras incluem Epagri, Cidasc, IMA e SAQ, com apoio da SIE, SEF e SEPLAN.

A estrutura de gestão é baseada na Gestão Orientada a Resultados (RBM) e inclui:

**Estruturas Executivas:** SAPE/DESC (UGP), Secretarias Executivas Regionais (SER), Secretarias Executivas Municipais (SEM) e Coordenadorias Técnicas.

**Estruturas Consultivas:** Conselho Interinstitucional, Comitê Técnico Estadual (CTE), Comitês Consultivos Regionais (CCR) e Comitês Consultivos Municipais (CCM).

A SAPE/DESC é responsável por coordenar o Projeto, monitorar atividades, elaborar solicitações de saque, supervisionar a aplicação de recursos, promover a colaboração interinstitucional e acompanhar os indicadores de resultados.

## 5. Componentes e Subcomponentes do Projeto

O Projeto SC Rural 2 está organizado em três componentes e sete subcomponentes:

### Componente 1: Apoio Direto aos Agricultores Familiares e Povos e Comunidades Tradicionais

- Visa apoiar financeiramente projetos de adequação ambiental, planos de negócio, adoção de novas tecnologias (ecoinovação), segurança alimentar e nutricional.
- Inclui a ampliação do acesso à internet e melhoria da energia elétrica no espaço rural e pesqueiro.
- Prioriza o protagonismo de mulheres, jovens, povos tradicionais e famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

### Componente 2: Fortalecimento de Bens e Serviços Públicos

- **Subcomponente 2.1.** Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e Capacitação de Beneficiários: Foca na inclusão socioeconômica, difusão da inovação e resiliência ambiental.
- **Subcomponente 2.2.** Pesquisa e Inovação: Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e à Inovação Aberta.

- **Subcomponente 2.3.** Defesa Agropecuária: Serviços de inspeção (animal e vegetal), rastreabilidade e monitoramento de contaminantes.
- **Subcomponente 2.4.** Aquicultura e Pesca: Inclui o Sistema Georreferenciado da Piscicultura em SC e um projeto-piloto de Pagamento por Serviços Ambientais no Mar (PSAM).
- **Subcomponente 2.5.** Conservação Ambiental e Bionegócios: Criação e Planejamento de Corredores Ecológicos e Plataforma de Áreas e Projetos de Conservação Ambiental.

### **Componente 3: Fortalecimento Institucional, Ampliação de Políticas e Programas Inovadores de Apoio e Gestão do Projeto**

Foca na capacitação interna das equipes, modernização da gestão institucional, aprimoramento de sistemas informatizados, bases de dados e avaliação de políticas públicas.

- **Subcomponente 3.1.** Gestão Estratégica: Capacitação institucional, planejamento estratégico da Cidasc e diagnósticos de conectividade, rede elétrica e estradas rurais.
- **Subcomponente 3.2.** Desenvolvimento de Sistemas e Estruturas: Implementação de salas de situação e um ecossistema digital integrado.

## **6. Planejamento e Gestão do Projeto**

### **6.1. Ciclo Anual de Planejamento e POA**

O Plano Operativo Anual (POA) é a ferramenta central, detalhando metas e indicadores de desempenho para cada componente e subcomponente. É elaborado anualmente pelas executoras e consolidado pela SAPE/DESC, sendo submetido ao Banco Mundial para aprovação até 30 de novembro do ano anterior à execução.

### **6.2. Gestão Financeira**

A gestão financeira é centralizada na SAPE/DESC, utilizando sistemas como o SAFF (para administração física, financeira e contábil), SIGEF (Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal) e SGP-e (Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos). O orçamento total é de USD 150 milhões (USD 120 milhões do BIRD e USD 30 milhões de contrapartida estadual).

Os Relatórios Financeiros Intermediários (IFRs) são elaborados semestralmente em regime de caixa e devem ser entregues no prazo para evitar classificação de risco elevado ou suspensão de desembolsos. Os saques dos recursos são feitos mediante

assinatura de pessoas autorizadas pela Secretaria da Fazenda (SEF). A Conta Designada do Projeto é segregada em Reais, no Banco do Brasil, gerenciada pela SEF.

### **6.3. Aquisições**

Os procedimentos de aquisição e contratação devem estar em conformidade com o Acordo de Empréstimo, o MOP, a Estratégia de Aquisições do Projeto para o Desenvolvimento (EAPD) e o Plano de Aquisições. As aquisições com recursos do BIRD seguem o "Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento" do Banco Mundial, enquanto as de contrapartida seguem a legislação nacional.

O sistema STEP (*Systematic Tracking of Exchanges in Procurement*) é obrigatório para registro e acompanhamento das aquisições financiadas pelo Banco Mundial, com informações atualizadas em tempo real. Métodos como Pregão Eletrônico e Seleção de Consultores Individuais são previstos, com critérios rigorosos de seleção e revisão.

### **6.4. Gestão do Conhecimento**

O objetivo é garantir a sistematização e o compartilhamento contínuo do conhecimento para maximizar impactos positivos e facilitar a replicação de boas práticas. A responsabilidade é do Núcleo de Compliance, em conjunto com o coordenador de Monitoramento e Avaliação. As ações incluem identificação e registro, organização e armazenamento, compartilhamento e disseminação, apoio à tomada de decisão e sustentação do legado institucional.

### **6.5. Monitoramento e Avaliação**

O Projeto prevê a elaboração de planos de monitoramento e avaliação. A SAPE/DESC, por meio do Núcleo de Compliance, apresentará Relatórios de Progresso Semestral ao Banco Mundial. A avaliação de impacto será realizada pela Epagri/Cepa, focando no indicador de aumento do valor bruto das vendas. Serão realizadas avaliações de meio termo e avaliação final do Projeto as quais irão apresentar os resultados e impactos gerados.

### **6.6. Coleta e tratamento de dados pessoais**

As equipes da SAPE/DESC e das coexecutoras trabalhando no âmbito deste Projeto devem colaborar para a construção e manutenção de um ambiente de trabalho seguro e em conformidade com o princípio da confidencialidade, com o compromisso com a transparência e com as normas de proteção de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial, art. 5º, inciso LXXIX, da Constituição Federal de

1988; Lei federal nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei federal nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), e seus regulamentos.

### **6.7. Auditoria interna e auditoria externa**

O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC) será o responsável pela auditoria externa, ou, em caso de imprevistos, uma empresa de auditoria independente poderá ser contratada.

A Controladoria Geral do Estado (CGE/SC) será responsável pela auditoria interna e buscará atingir o Nível 3 do IA-CM (*Internal Audit Capability Model for the Public Sector*), modelo de capacidade de auditoria interna, até o final do Projeto. Os relatórios das auditorias devem ser enviados anualmente ao BIRD e publicados, garantindo transparência.

## **7. Procedimentos Operacionais de Gestão Ambiental e Social**

### **7.1. Gestão Ambiental e Social**

A gestão de riscos ambientais e sociais segue a legislação nacional, estadual e municipal, além do Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS) e do Plano de Compromissos Ambientais e Sociais (PCAS). As Normas Ambientais e Sociais (NAS) do Banco Mundial são fundamentais, com destaque para a NAS 7 (Povos Indígenas e/ou Comunidades Locais Tradicionais) e NAS 10 (Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações).

A Lista de Verificação Ambiental e Social (LVAS) é aplicada no pré-projeto para garantir que apenas projetos em conformidade com as NAS sejam apoiados. O Projeto promove a sustentabilidade através de suas ações, exige conformidade legal em todos os processos, procedimentos e atividades e condiciona os projetos de apoio direto ao cumprimento de exigências legais e monitoramento contínuo.

### **7.2. Mecanismo de Queixas**

O Projeto SC Rural 2 disponibiliza um mecanismo de queixas através da Ouvidoria Geral do Estado, acessível por site ([www.ouvidoria.sc.gov.br](http://www.ouvidoria.sc.gov.br)), telefone (0800-644-8500) e atendimento presencial. O sistema permite registrar manifestações de forma anônima, confidencial ou identificada. Uma opção "SC Rural 2" será criada no menu da Ouvidoria para facilitar os registros relacionados ao Projeto.

### **7.3. Estratégia de Atuação junto aos Povos Tradicionais**

Esta estratégia, detalhada no Anexo IV do MOP, visa promover a participação efetiva de populações indígenas, quilombolas, cafuzos e caboclos. A metodologia desenvolvida considera as peculiaridades, o olhar endógeno e as prioridades dessas populações, respeitando-as como atores centrais em seus processos de etnodesenvolvimento. A oralidade e o respeito às hierarquias são princípios centrais.

Planos de Etnodesenvolvimento individualizados serão elaborados por aldeia, terra indígena ou comunidade quilombola, respeitando sua autonomia. É previsto um "plus" na pontuação de propostas de mulheres indígenas ou quilombolas para reparação histórica. O projeto destinará recursos para investimentos em terras indígenas e quilombolas legalizadas.

### **7.4. Plano de Ação de Gênero (PAG)**

O PAG, detalhado no Anexo V do MOP, alinha-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 5 (Igualdade de Gênero). Ele busca garantir a participação plena das mulheres, seu empoderamento e a igualdade de oportunidades. O PAG prevê trabalhar a partir de quatro eixos: social, inovação, econômico-gerencial e ambiental, com ações para visibilizar e apoiar o protagonismo feminino.

Mulheres são consideradas beneficiárias prioritárias, independentemente da titularidade da propriedade, com foco em empreendimentos de seu interesse genuíno e potencial de autoabastecimento ou aumento de renda. O projeto tem a meta de que 25% dos projetos apoiados financeiramente sejam liderados por mulheres.

### **7.5. Programa de Prevenção e Resposta a Situações de Assédio, Abuso e Exploração Sexual (PPAS)**

O PPAS, detalhado no Anexo VI do MOP, estabelece diretrizes para identificar, avaliar, mitigar e monitorar riscos relacionados a assédio, abuso e exploração sexual por parte dos trabalhadores do Projeto. Aplica-se às relações entre trabalhadores do projeto e entre trabalhadores e a população das comunidades, incluindo bolsistas, estagiários e servidores públicos.

O Programa é dividido em dois eixos: medidas preventivas (treinamentos regulares, padrões de comportamento) e matriz de responsabilidades, acolhimento e respostas a alegações (com abordagem centrada na pessoa sobrevivente, mecanismos de queixas e sanções). A Diretoria Executiva do SC Rural 2 (SAPE/DESC) deve comunicar o Banco Mundial em até 24 horas sobre incidentes relacionados a violência, assédio, abuso e exploração sexual.

Em suma, o MOP é um documento robusto que estabelece a base para a gestão integrada e sustentável do Projeto SC Rural 2, priorizando a transparência, a participação social e a busca por resultados que impactem positivamente o espaço rural e pesqueiro de Santa Catarina.